



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
LICENCIATURA EM CIÊNCIA DA NATUREZA

TALES DE OLIVEIRA BARROS

**REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE E DAS
RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DA BNCC**

SENHOR DO BONFIM-BA

2026

TALES DE OLIVEIRA BARROS

**REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE E DAS
RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DA BNCC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Vale do São Francisco
- UNIVASF, Campus Senhor do Bonfim, como
requisito para obtenção do título de Licenciatura
em Ciência da Natureza.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Messias Alves de
Souza

SENHOR DO BONFIM - BA

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
LICENCIATURA EM CIÊNCIA DA NATUREZA

FOLHA DE APROVAÇÃO

TALES DE OLIVEIRA BARROS

**REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE E DAS
RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DA BNCC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, Campus Senhor do Bonfim, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Ciência da Natureza.

Aprovado em: 19 de Dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br MANOEL MESSIAS ALVES DE SOUZA
Data: 15/01/2026 09:56:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Banca Examinadora

(Manoel Messias Alves de Souza, Doutor em Educação e professor Associado da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF).

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRO PAULO SOUZA RIOS
Data: 15/01/2026 11:37:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Pedro Paulo Souza Rios, Doutor em Educação e professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF).

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRO RICARDO DA CUNHA NOBREGA
Data: 15/01/2026 11:58:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega, Doutorado e Universidade Federal do Vale do São Francisco-Univasf, Colegiado de Geografia).

REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DA BNCC

Reflections on Education from the Perspective of Sexuality and Gender Relations in the Context of the BNCC

Tales de Oliveira Barros¹

RESUMO

Este artigo, intitulado Reflexões da educação na perspectiva da sexualidade e das relações de gênero no contexto da BNCC, teve como objetivo geral identificar quais foram os direcionamentos para inclusão da Educação Sexual no contexto escolar nas três versões da BNCC. Objetivos específicos: Investigar as concepções de gênero e sexualidade abordadas na BNCC; Analisar os silenciamentos dessas temáticas nos documentos oficiais. A metodologia utilizada foi a análise documental, com a pesquisa de abordagem qualitativa descritiva, a fim de coletar dados nos documentos oficiais de educação. Os resultados apontam um retrocesso nas discussões sobre educação sexual, comparando-se com outros documentos publicados anteriormente, evidenciando-se, com isso, uma tentativa de silenciar qualquer abordagem acerca da temática em questão.

Palavras-chave: orientação sexual; currículo escolar; sexualidade.

ABSTRACT

This article, entitled Reflections on Education from the Perspective of Sexuality and Gender Relations in the Context of the BNCC, aimed to identify the guidelines for the inclusion of Sexual Education in the school context across the three versions of the BNCC. The specific objectives were to investigate the conceptions of gender and sexuality addressed in the BNCC and to analyze the silencing of these themes in official documents. The methodology used was documentary analysis, accompanied by descriptive qualitative research, to collect data from official education documents. The results indicate a regression in discussions on sex education, compared to other previously published documents, thus evidencing an attempt to silence any approach to the topic in question.

Keywords: sexual Education; school curriculum, sexuality.

¹. Licenciatura em Ciências da Natureza. Graduando em Ciências da Natureza, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, Senhor do Bonfim.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade está ligada a dois aspectos do desenvolvimento humano: o primeiro, associado ao caráter biológico, através das mudanças corporais e ao aumento de hormônios sexuais, desenvolvendo as características secundárias; o segundo aspecto é psicológico, como questão de comportamento, de desenvolvimento da identidade e construção do ser.

Essa fase é marcada por questionamentos e indagações sobre o mundo social e, também, sobre seu corpo que está em constante mudança. Segundo Becker (1991, p.9), “o adolescente é um ser em desenvolvimento e em conflito. Atravessa uma crise que se origina basicamente de mudanças corporais, outros fatores pessoais e conflitos familiares”.

Nessa fase o adolescente passa metade do tempo na escola, e cabe a essa instituição o dever de não apenas de contribuir na formação do ser humano, como também acompanhá-lo e orientá-lo ao longo dessa complexa etapa do desenvolvimento. Todavia, as instituições escolares criam barreiras, impedindo discussões mais aprofundadas sobre o tema, mesmo com os avanços, alguns ainda foca apenas nas abordagens médico-higienistas que visam controlar a conduta sexual de seus atores (Figueiró, 2010).

No tocante às políticas públicas, voltadas à diversidade sexual, observam-se retrocessos preocupantes em meio aos alardeados avanços em diretrizes voltadas para educação. O primeiro foi os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que trazem no documento “*Tema Transversal Orientação Sexual*”, promulgado no ano de 1997. E mesmo com as problemáticas apontadas por pesquisadores, como a falta de reação efetiva nas escolas e abstenção de temas como diversidade sexual e discriminação destes (Monteiro & Ribeiro, 2018; Braga, 2006), mesmo assim, esse documento corresponde à legitimação da abordagem da diversidade sexual e de gênero na escola.

Nos últimos anos, o Conselho Nacional da Educação criou espaços de discussões em torno dos entraves e enlaces sobre educação sexual e gênero, culminando com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no ano de 2017, para a educação infantil e ensino fundamental. Esse documento

seria a confirmação do êxito das PCN's, porém os temas sobre educação sexual e gênero foram silenciados na versão final da Base Nacional.

As razões que motivaram a escolha desse tema foram: primeiramente, por poder trazer maiores esclarecimentos sobre assuntos que devem ser bem aplicados e direcionados à aprendizagem em sala de aula; depois, por alertar para aspectos que devem ser mais refletidos no contexto dos saberes que são formalmente indicados para a elaboração curricular. Por fim, por fornecer um acervo que, certamente, servirá para pesquisa, frente à elaboração de trabalhos científicos, que venham a ocorrer relacionados com o enfoque em pauta.

Em face de tal cenário e das discussões em relação ao tema, a pesquisa partiu da inquietação de responder a questão problema, houve avanços na elaboração das propostas para trabalhar a temática Educação Sexual na BNCC? Nessa perspectiva, o objetivo geral foi identificar quais foram os direcionamentos para inclusão da Educação Sexual no contexto escolar nas três versões da BNCC. E como objetivos específicos foram escolhidos: 1º) Investigar as concepções de gênero e sexualidade abordadas na BNCC; 2º) Analisar os silenciamentos dessas temáticas nos documentos oficiais.

2 EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE, CONTEXTO HISTÓRICO

Os assuntos tratados nesta Fundamentação Teórica ampliam os horizontes do tema em estudo, oferecendo maior embasamento científico, focalizando, desse modo, não apenas a Sexualidade e Educação sexual; Histórico da Educação sexual no Brasil; mas também a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira - LDB; Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNS, além de Criação da BNCC.

2.1 GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL

Gênero está ligado a uma construção social do sexo biológico, definindo características físicas do corpo para identificar o sexo masculino e feminino. De acordo com Scott (1990), gênero seria uma construção histórica e social que engloba outras questões para compreendê-lo.

Sendo assim, o termo gênero pode ser entendido como uma definição para comportamentos, papéis, atividades e atributos que estão presente na sociedade de determinada época, para estabelecer comportamentos designados como masculino ou feminino. Como aponta Silva (2007):

[...] o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos (Silva, 2007, p. 39).

Essas concepções mesmo dentro de uma dada sociedade podem variar a definição de acordo com os grupos (étnicos, religiosos e classes) que a compõem. Essa característica fundamentalmente social do conceito não está relacionada a papéis masculino e feminino, que determina ações e comportamentos adequados para um homem ou mulher. Mas entende que gênero como a identidade do sujeito, que estão desconstruindo e transformando (Louro, 1997)

Portanto, os estudos sobre relações de gênero procura discutir sobre os processos de construção e transformações histórica e social que pertencem à formação do ser humano, sendo muito mais que uma questão sobre determinismo biológico.

A sexualidade é utilizada para conceituar um aspecto da vida humana que inclui sensações corpóreas e subjetivas, bem como as questões emocionais. Sendo assim, não dá para separar razão, cognição e questões sociais, fazendo com que o termo seja muito abrangente, que se relaciona com várias manifestações e não somente ao sexo. Conceituar sexo é referir-se às práticas sexuais, que envolvem não apenas as questões genitais, como também é utilizado para categorizar pessoas em macho e fêmea (Maia, 2014).

Todo ser humano desenvolve sua sexualidade por meio das mudanças que ocorrem ao longo do desenvolvimento: o crescimento e amadurecimento do corpo físico, as práticas sexuais e reprodutivas, orientação sexual e erotismo, os vínculos amorosos, entre outras mudanças. A expressão da sexualidade na vida adulta, é diferente da época da adolescência e, conseqüentemente, com substanciais alterações com o processo de envelhecimento.

[...] a meiguice, carinhos, carências, os afetos, impulsos sexuais, socialização, agressividade, a forma cortês ou grotesca de se comunicar com os outros, a colocação da voz através do seu timbre, tonalidade e velocidade, o nível de simpatia ou antipatia, a maneira de se vestir e se produzir, o grau de inibição e a capacidade de atrair o outro, as preferências sexuais, desejos, fantasias, as manifestações da excitação e do orgasmo, a beleza física e a disposição anatômica das formas do corpo, etc., caracterizam o que chamamos de sexualidade. (Meira, 2002, p. 13)

Nessa perspectiva, a sexualidade manifesta-se por toda a fase da vida humana, desde o nascimento até o envelhecimento. A forma como acontece, pode variar de pessoa para pessoa, dependendo dos diferentes contextos, como o social e o econômico; diferentes culturas e momentos históricos; o contexto familiar ligado a valores morais e religiosos e o contexto subjetivo (questões emocionais e cognitivas).

Na infância, ela se manifesta por meio da curiosidade, questionamentos, exploração do próprio corpo e reconhecimento das diferenças sexuais. Depois dessa fase, a sexualidade ganha o novo conceito, quando o adolescente entra na puberdade, os hormônios sexuais e do crescimento ativam, levando o corpo a passar por várias mudanças físicas, alterando também sensações e sentimentos. Isso também envolve mudanças psicológicas e sociais. Nessa fase, o corpo passa por um amadurecimento acelerado, especialmente nos aspectos sexuais, os vínculos afetivos ampliam-se de família e amigos para encontros amorosos e sexuais. Figueiró abaixo pontua que:

[...] ela é experimentada ou revelada em expectativas, imaginações, anseios, crenças, posturas, valores, atividades práticas, papéis e convivências. Abrange, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura. É uma dimensão do ser humano que abarca gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. (Figueiró, 2009, p. 41)

Frente ao exposto, observa-se que há tantas mudanças físicas e sentimentais, que muitos jovens não sabem como lidar com elas. Alguns vão reagir com satisfação em relação às transformações que ocorrem na puberdade, enquanto outros irão agir com insatisfação e vergonha, episódios que podem levá-los ao isolamento social em situações mais complexas, demandando um maior acompanhamento pela família e por toda rede de apoio, incluindo a escola. Nesse sentido, muitas dúvidas surgem na mente dos jovens, levando-os a agirem de modo inconsequente, movidos por paixões, ilusões e imediatismo por falta de informações, aumentando os riscos de contágio de

IST como também gravidez precoce.

A ausência de um ambiente adequado para realizar a discussão desses temas, pode gerar sentimentos de culpa, medo e insegurança, por falta de espaços para debater e reconhecer a sua sexualidade como algo natural, sem preconceitos. Nesse sentido, a escola se constitui enquanto espaço privilegiado para discutir essas temáticas, onde a criança/adolescente tem contato com pessoas diferentes da sua família, auxiliando a compreender o mundo com mais referências. A escola é o local que possibilita discussões com diferentes pontos de vista sobre a sexualidade sem impor determinados valores aos alunos.

Segundo Oliveira (2020), a escola, juntamente com a família, tem o objetivo de garantir o desenvolvimento do indivíduo. Com isso, fica evidente a importância de trabalhar a temática na escola, sendo que Educação Sexual é associado a ideia que todo indivíduo necessita de informações sobre seu corpo e sua sexualidade.

Como aponta grupos, organizações internacionais e uma farta produção científica e academia que evidenciam os benefícios da presença dos temas gênero e sexualidade nos currículos escolares para a saúde sexual e reprodutiva dos jovens. Além de grande parte das políticas públicas do mundo vem se mostrando favoráveis as abordagens nas escolas (Barzotto & Seffner, 2024)

A educação sexual é um processo constante. Ela pode ser realizada de formas diversas, seja em situações não intencionais, por meio das mensagens cotidianas de cada sociedade e cultura, presentes em discursos familiares, religiosos, midiáticos (músicas, programas de televisão) entre outros. Outro modo é o intencional, quando é planejado e organizado, onde se pretende informar sobre essas questões, também chamada de Orientação Sexual ou Educação para Sexualidade.

A Educação Sexual trabalha os aspectos fisiológicos e psicológicos envolvidos no comportamento sexual, como também prevenção de doenças sexuais e gravidez precoce. Permite, assim, que a criança e o adolescente entendam não somente as dimensões sociais e culturais na sua construção, como também discutam sobre as crenças, tabus e preconceitos produzidos ao redor dessas temáticas.

Infelizmente nos últimos anos, esse tema tem sido, por muitas vezes, confundido por parte da sociedade, devido à falta de conhecimento, e a disseminação equivocada e intencional, de retóricas moralistas e segregadoras que objetivam manter paradigmas históricos de manipulação e alienação de parte significativa da

população brasileira. Dentre as narrativas das ações educativas desenvolvidas nas escolas, temos a utilização da sala de aula para induzir e ensinar sobre o erotismo, a indução por determinado padrão de orientação sexual, o que leva algumas famílias a privar os alunos do acesso a informações relevantes para seu desenvolvimento integral. Assim,

além do despreparo, todos somos frutos de uma sociedade repressora em relação à sexualidade, na qual ainda perduram associações do sexo com ideias de pecado, de feio e de proibido, ou, por outro lado, com ideias de promiscuidade e de imoralidade. (Figueiró, 2009, p.141)

A educação para sexualidade deveria iniciar em casa com os pais e ter continuidade na escola, onde as informações serão repassadas de forma real e mais de acordo com o cotidiano vivido pelos discentes.

A sexualidade, desse modo, está totalmente ligada à vida e à saúde, por isso, essas questões surgem durante o cotidiano escolar. Nessa acepção, a escola deve ser esse local para informar e discutir os diferentes tabus e os preconceitos, desconstruindo várias crenças, buscando aprimoramento das concepções sobre a sexualidade de forma crítica.

Ao longo dos anos, os documentos normativos instituídos sempre sofrem mudanças e atualizações, visando garantir melhoras na política pública no âmbito da educação nacional. Todos esses processos de construção contam com as ações do poder público e da sociedade, embora não tenhamos conseguido grandes avanços em relação à educação sexual nas últimas décadas, pelo contrário, documentos referenciais sofreram influência política de grupo conservadores e retrocederam no sentido de garantir a discussão de temas como sexualidade e gênero na escola. O grande exemplo deste retrocesso foi evidenciado no contexto da das etapas de discussão e elaboração do Plano Nacional de Educação em 2015 (Mendes, 2016), onde retrocessos consideráveis evidenciaram as manobras de grupos hegemônicos para retroceder no papel da escola na condução da discussão dessas importantes temáticas. Ações desta natureza evidenciam a necessidade de ampliação das discussões em relação à temática sexualidade, a fim de criar uma educação crítica e transformadora.

Trabalhar sexualidade no contexto escolar possibilita avanços consideráveis no sentido de garantir a consolidação de uma rede de apoio ao adolescente, neste

período de grandes transformações, sejam físicas ou psicológicas, cooperando para a oferta de educação mais inclusiva, que respeite as singularidades de cada indivíduo. “É um meio fundamental para desenvolver a compreensão mútua, o respeito e a tolerância, que são os fundamentos do pluralismo, da convivência e da democracia”. (Michaliszyn, 2011, p.10)

Portanto, a educação sexual não tem apenas a função de informar, ensinar e orientar sobre as transformações que o corpo enfrenta, mas também refletir, discutir e questionar valores e concepções para possibilitar que cada indivíduo possa ter a compreensão desses referenciais, fortalecendo o respeito pela diversidade humana. A educação sexual na escola deve ser um processo intencional, planejado e organizado por meio de diálogos e esclarecimentos que envolvam reflexões e questionamentos para ajudar o jovem a tomar atitudes corretas, compreender as consequências dos atos impulsivos, aprender a respeitar a si e aos demais.

2.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

A história da educação sexual no Brasil é formada por um longo período de grandes avanços e preocupantes retrocessos, desde a colonização aos dias atuais. Vários estudos revelam que houveram seis momentos importantes que tiveram marco nessa temática ao longo da história da sociedade brasileira.

O primeiro momento corresponde ao Brasil Colônia, onde a sexualidade era um aspecto polêmico no cotidiano da sociedade. Aos homens era permitido a libertinagem, tendo relações com as indígenas e tendo filhos com ela, evidenciando um concubinato; e até mesmo os religiosos eram adeptos ao amancebo. Na citação a seguir, há um comentário que envolve um olhar do jesuíta Padre Manoel da Nóbrega:

Principal porta voz da lamúria inaciana do século XVI, Nóbrega não pouparia críticas aos primeiros colonos que, tão logo desembarcavam, tratavam de amancebar-se com as índias da terra e não contentes com esse já monstruoso pecado, muitos se uniam a várias mulheres de uma só vez, prontos para copiar o estilo dos caciques e dos principais gentios. (Vainfas, 1988, p.28)

Já em relação às mulheres brancas, total submissão e dominação, primeiramente ao pai e depois ao marido. Adotavam uma postura reservada, acanhada e humilde, sendo obrigadas a se casar aos quinze anos com homens mais

velhos. Para se opor à libertinagem praticada pelos homens, os discursos religiosos pregados pelos jesuítas, apontavam a vida licenciosa e condenavam esses atos sexuais (Vainfas, 1988). Assim, se configurava tal contexto: o sexo multiétnico para os homens, repreensão e submissão para as mulheres e normas e regras por parte da Igreja.

Durante o século XVII e XVIII, esse padrão de comportamento sexual torna-se inalterado, apenas variado, com participação maior dos africanos trazidos por meio da escravidão. Dessa forma, construíram todo um fetichismo, sexualização e erotismo, evidenciado nos abusos praticados pelos senhores de engenho. A esse respeito, Freyre (1933, p. 243) explicita que “Em outros vícios, escorregava a meninice dos filhos dos senhores de engenho, [...] em consequência das condições de vida criadas pelo sistema escravocrata, antecipou-se sempre a atividade sexual, através de práticas sadistas e bestiais”.

No século XIX, com a independência e a consolidação da urbanização lenta, os costumes se alteraram e o sentimento patriota permaneceu. Os discursos religiosos perdem espaço para um discurso médico, e a sexualidade passou a ser um caso de higiene e saúde. A prática sexual desregrada não era mais criticada por ser vista como pecado, mas pelos riscos de adquirir doenças orgânicas. Nessa época, a medicina se relacionava com o estado para fazer suas propagandas sobre seus ideais higiênicos e o segundo necessitava de um aliado para as mudanças políticas e sociais do país recém liberto. Os médicos transmitiam suas visões pela Academia Imperial de Medicina e da Faculdade de Medicina do Rio Janeiro, com discursos, teses, publicações de artigos para ditar normas de saúde e higiene para a sociedade.

[...] segundo a higiene, deveria transformar homens e mulheres em reprodutores e guardiões da proles sãs e raças puras, conseguiu em grande parte, esses objetivos. A sanidade física da família de elite aumentou, na medida em que as condutas sexuais masculina e feminina foram sendo respectivamente reduzidas às funções sócio-sentimentais. (Costa, 1989, p.14)

Assim, o segundo momento da educação sexual no Brasil é marcado pelo controle da sexualidade e práticas sexuais oriundas da Colônia sobre a normatização da moral médica.

No Império, a educação sexual era documentada em teses, livros e manuais. Tendo o suporte nas teorias sexuais europeias, a medicina higienista brasileira

descrevia a prática sexual, a responsável por gerar doenças. Intervindo na educação escolar, e a favor de colégios internos para proteger crianças e jovens de influências perniciosas.

Nas primeiras décadas do século XX, a relação entre a medicina e a sexualidade se fortalece, possibilitando a criação da sexologia como um campo do saber médico. Dessa forma, o terceiro momento da educação sexual está vinculado à importância da divulgação da educação sexual por meio de livros produzidos por médicos, professores e sacerdotes, cientificamente fundamentados, para orientar os indivíduos, na prática sexual. Esse período vai até a década 50, devido às mudanças políticas e sociais da sociedade.

Nos de 1960, ocorreu a implementação da educação sexual no currículo escolar com o nome “Orientação Sexual”, para diferenciar da proposta das décadas anteriores. Entende-se aqui, orientação sexual como uma ação educacional organizada e sistematizada com o propósito de nortear os jovens sobre essa temática.

Escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte iniciaram programas sobre Orientação Sexual. Foram os alunos que incentivaram as discussões com especialistas e professores com ajuda dos pais sobre temática sexual. Logo, o quarto momento da educação sexual é marcado pela criação de programas sobre orientação sexual. Sobre a referida questão, cabe destacar que “[...] A princípio as aulas eram de cunho biológico, versando, sobretudo sobre a reprodução humana... Aos poucos, porém, o assunto evoluiu para uma temática mais ampla, focalizando todos os problemas dos jovens [...]” (Barroso e Bushini, 1982, p.20)

Embora a educação sexual tenha progredido nesse período, a censura, característica da década de 1960, acabou com esses programas. Foi apenas em 1978, com abertura política do presidente Ernesto Geisel, que as implementações de projetos sobre orientação sexual retornaram. Entre os anos 1980 a 2000, vários desses projetos foram colocados em prática. O quinto momento é marcado quando órgãos públicos assumem esses projetos nas escolas.

Esses programas foram importantes para o debate sobre esse assunto, apresentando resultados significativos, mas com as mudanças dos governos em detrimento da política partidária vigente a cada saída e entrada dos novos governadores, esses avanços não foram para frente. Nesse sentido, é válido ressaltar

que “Os conceitos de normal, natural, sadio e moral deverão ser bem definidos para que a educação sexual formal não seja instrumento de repressão mal conduzido e sim uma contribuição positiva para o desenvolvimento integral do adolescente”. (Programa da Saúde do Adolescente, 1996, p.18-19)

Em dezembro de 1996, com aprovação de Lei 9.394 que estabelece as Diretrizes e Bases - LDB, ocorreu a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacional (PCN) como documentos que atuaram como norteadores a fim de ter uma educação para cidadania, a orientação sexual teve seu reconhecimento e importância para ação escolar. Com a inclusão oficial nos currículos, temos o sexto momento da educação sexual, que tinha o objetivo de atender às necessidades dos alunos em vivenciarem a sua sexualidade com liberdade.

2.3 A LDB E EDUCAÇÃO SEXUAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define e regulamenta todo o sistema da educação, baseando-se na Constituição de 1988. A primeira LDB foi elaborada em 1961, aprovada durante o governo de João Goulart. Essa versão dava mais autonomia para os órgãos estaduais diminuindo a centralização do MEC, tornando o ensino religioso facultativo e obrigatoriedade da matrícula nos anos iniciais, entre outras.

A segunda versão foi publicada, em 1971, durante o regime militar, pelo presidente Médici, que apresentava o ensino de primeiro grau obrigatório dos 7 aos 14 anos, bem como dava destaque para educação a distância. Mas não se consumou, devido à saída dos militares em 1985 e a redemocratização.

A LDB foi sancionada no Governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo como Ministro da Educação Paulo Renato e, como relator Darcy Ribeiro, ficando evidente o compromisso com uma educação de qualidade e acessível para todos. Vale destacar que a construção da LDB após o período de redemocratização possibilitou embates de diversos segmentos da sociedade, como aponta o teórico na explicitação que se segue:

O cenário da tramitação da LDB/1996 revelou o campo de disputa ideológica entre o público e o privado, tendo como foco a relação

conflitante entre a defesa da escola pública, laica, gratuita para todos e de qualidade socialmente referenciada em todos os níveis de escolarização, e o ensino privado, administrado pelos empresários que não encontraram obstáculos da sociedade política para transformar em mercadoria o direito à educação preceituado na Constituição de 1988. (Brzezinski,2010, p.190)

Nesse sentido, a educação vai se adaptando com o passar do tempo e a consolidação legislativa, foi aperfeiçoando esse processo em busca de um ensino de qualidade, disponível e acessível para todos. No que diz respeito à educação sexual, a LDB não faz nenhuma menção ou relação com o tema de forma direta.

Embora a LDB não mencione, explicitamente, sobre educação sexual, ela prevê princípios que a fazem ser necessária para formação integral dos estudantes, a promoção do respeito à diversidade e aos direitos humanos, uma vez que a educação sexual e estudo da sexualidade proporciona ao aluno um melhor entendimento entre seu mundo interior (desejo e vontade) e o mundo externo (relações sociais).

2.4 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PCNS

A criação dos PCNs foi um compromisso assumido pelo Brasil na I Conferência Mundial da Educação para Todos, que ocorreu em Jomtien, na Tailândia em 1990, promovida pela Unesco, e ainda em consonância com LDB e em estabelecer metas a serem cumpridas em ações políticas para educação pelo MEC.

Os PCNs estão organizados de modo que cada volume corresponde a uma área do conhecimento ou modalidade de ensino, além de contemplar com os temas transversal como ética, ambiente, pluralidade cultural, saúde e orientação sexual. O uso do termo transversalidade indica uma articulação dos Temas Transversais com as várias áreas do currículo escolar. Apresentados como elementos inovadores para formação cultural e consciência da cidadania.

De acordo com essa proposta, é responsabilidade não apenas da família, mas da escola também, desenvolver ações educativas que estimulem a reflexão crítica e promovam a saúde integral de crianças e adolescentes.

Os PCNs propõem trabalho com blocos de conteúdos, "*Corpos: matriz da sexualidade*", "*Relação de gênero*" e "*Prevenção às Doenças Sexualmente*

Transmissíveis/Aids”, mas identificam conteúdos específicos para diferentes para cada faixa etária.

No bloco *Corpos:Matriz da sexualidade*, trabalha noções, imagens, conceitos e valores sobre o corpo que inclua a sexualidade como algo inerente, saudável e necessário à vida humana. Apresentando conjunto de informações sobre o funcionamento do corpo para promover práticas saudáveis. Para Costa (1989), faltam diretrizes para orientar sobre a quem é destinado esses conhecimentos, além de não trazer reflexões sobre valores éticos, sociais, morais e estrutura psíquica do comportamento dos jovens.

Em *Relações de gênero* discute as diferenças no comportamento masculino e feminino que refletem a vivência sexual nas relações humanas no geral com todos os mitos, ideias pré-concebidas e preconceituosas em relação à temática. Costa (1989) pontua que falta uma visão mais ampla sobre o assunto, com os conteúdos propostos não são suficientes para construir discussões para combater o preconceito e discriminação de gênero.

Em *Prevenção às Doenças Sexualmente/Aids*, são trabalhadas as informações gerais sobre essas doenças com abordagem genética, focadas na mais conhecida, inclusive com o foco na Aids, esclarecendo fatos e preconceitos. Vale ressaltar que a urgência de trabalhar essa temática destacada no documento oficial dos PCNs é prevenção do HIV e gravidez precoce.

Desse modo, as orientações sexuais dos PCNs são inseridas no currículo escolar, para serem trabalhadas de acordo com as propostas de cada área de ensino, contemplando todas as temáticas transversais (ética, pluralidade cultural, saúde, trabalho e consumo). Sendo um caminho para um planejamento para trabalhar orientação sexual dentro da escola, abrindo espaço para repensar a sexualidade de forma individual e coletiva.

2.5. Criação da BNCC

O propósito da gênese da Base Nacional Comum Curricular era apoiar os sistemas de ensino na revisão e aprimoramento de suas propostas curriculares,

servindo como material de referência para ajudar na elaboração de propostas nos diversos sistema de ensino, sejam na esfera federal, estaduais/distrital e municipais.

Ao analisar os documentos publicados no site oficial da BNCC, foram identificadas cinco etapas no processo de construção da base nacional, quais sejam:

1. Publicação da primeira versão em 16 de setembro de 2015;
2. Consultoria pública em 2016;
3. Divulgação da segunda versão em 3 de maio de 2016;
4. Seminários estaduais entre 23 de junho e 3 de agosto do mesmo ano para debater a segunda versão e por fim;
5. Encaminhamento da versão final para o Conselho Nacional de Educação.

A Base Nacional Comum Curricular define, de maneira progressiva, todo o conjunto de conhecimentos imprescindíveis para o complexo processo de aprendizagem que o aluno deve adquirir durante as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Brasil, 2018a).

A sua primeira versão, com 302 páginas, foi apresentada pelo MEC no dia 16 de setembro de 2015 para avaliação do público. Contou com uma equipe de docentes indicados pelo Conselho Nacional de Secretário de Educação (CONSED), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e trinta e cinco profissionais de universidade, para dialogar com as atuais correntes de fundamentação curricular e criar um documento respeitando a diversidade cultural, religiosa, de gênero etc. (Neira; Alviano Júnior; Almeida, 2016).

Era uma tentativa de se afastar dos currículos eurocêntricos, dando maior visibilidade à cultura indígena, afro-brasileira e quilombola, dando enfoque em princípios democráticos, justiça social, diálogo e inclusão.

Logo depois dos debates e sugestões sobre a primeira versão da Base, a segunda versão, com 652 páginas, foi disponibilizada pelo MEC em 3 de maio de 2016. Ela incorporou a maioria das contribuições na consulta pública, onde o perfil do estudante esperado para essa versão seria de uma pessoa consciente, historicamente capaz de se posicionar de forma crítica diante das desigualdades.

Essas versões sofreram críticas por ter uma metodologia mais aliada com um modelo de educação neoliberal, para atender as demandas do mercado ao invés de

uma educação crítica e emancipadora (Branco et al 2019). Com o avanço do neoconservadorismo, movimentos contrários a problematização das questões de gênero e sexualidade, ganharam força quando o governo começou a aderir programas contra homofobia e sexismo nas escolas. Por meio do movimento Escola Sem Partido, rotulando os estudos sobre gênero e sexualidade como uma ideologia para doutrinação das crianças em sala de aula e incentivo ao homossexualismo.

Por meio de chamadas, textos e cartinhas alarmistas esse movimento divulgava informações distorcidas na internet e redes sociais, aumento número de pessoas contra o ensino das questões de gênero e sexualidade na escola (Paraiso, 2016, p. 328). O que influenciou na elaboração da última versão.

Em abril de 2017, a terceira versão foi apresentada para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com 396 páginas, concedido pelo MEC, indo para a análise do Conselho Nacional de Educação (CNE) (Brasil, 2017c). Entre julho e setembro foram realizadas audiências públicas pela CNE em cada região para debater o texto dessa versão.

No dia 15 de dezembro de 2017, o projeto foi votado e aprovado pelos conselheiros da CNE, seguiram para homologação no MEC no dia 20 de dezembro de 2017. Então a terceira versão tornou-se a versão final para o Ensino Infantil e Ensino Fundamental. Em 2 de abril de 2018, o MEC entregou à CNE a Base do Ensino Médio.

A crítica à última versão inclui a visão fragmentada do conhecimento como também a ausência das discussões sobre orientação sexual e gênero e um olhar mais voltado para reprodução do capital econômico e controle sobre o trabalho do professor.

Evidenciou-se que a elaboração e a criação da base tiveram influência externa, deixando claro que mesmo com o discurso a favor da educação e democracia, essas temáticas acabaram ficando em segundo plano. Como considera Macedo (2014) que a defesa da BNCC como um currículo serve de promessa para uma educação melhor para diferentes grupos e que carece de uma sistemática atualização.

3 METODOLOGIA

Para essa pesquisa, foi utilizado o método qualitativo-descritivo, para análise dos documentos das três versões da BNCC sobre a temática Educação Sexual. Segundo Triviños (1987), essa abordagem trabalha com dados coletados, busca seu significado, sendo a base da percepção do fenômeno dentro do seu contexto; não captando apenas aparência do fenômeno como também, procura explicar sua origem, relações, mudanças e consequências.

A coleta de dados ocorreu por meio da pesquisa documental. Para Gil (1999), este tipo de coleta é importante porque necessita de muitos dados dispersos pelo espaço; observando atentamente a qualidade das fontes utilizadas para não ampliar seus erros.

Foi selecionada as três versões da BNCC: a primeira versão (2015), a segunda versão (2016) e a terceira versão (2017) homologada. Por se tratar de um documento oficial que apresenta conjunto de aprendizagens necessárias para o ensino básico, como também ser normativo para ser seguido.

As palavras chaves “Gênero”, “Sexualidade”, “Diversidade” e “Orientação Sexual” foram utilizadas para levantar as informações necessárias nas três versões sobre educação sexual. A escolha dessas palavras ajudou a ampliar os resultados encontrados.

A análise de dados foi realizada por Metassíntese Qualitativa, onde procurou-se investigar as concepções, etapas de ensino, disciplinas sobre a educação sexual e interpretar esses achados. Para Matheus (2009), a metassíntese qualitativa procura “a integração interpretativa” de achados qualitativos, sendo a síntese interpretativa dos dados encontrados.

Utilizando o trabalho de Jimena Furlani, O Bicho vai Pegar! - um olhar pós-estruturalista á Educação Sexual a partir de livros paradidáticos (2005), para organizar a informações encontradas e classificar as concepções, abordagem e silenciamentos encontrado em cada versão da BNCC.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 RESULTADOS

A análise das três versões da Base Nacional Comum Curricular BNCC evidencia um movimento de invisibilizar os temas relacionados à sexualidade, gênero e orientação sexual que impactam diretamente a consolidação da educação sexual no âmbito escolar. As transformações observadas entre as três versões revelam desafios e tensão políticos em torno do tema.

Na primeira versão apresenta a temática de uma forma interseccional sendo trabalhada nas áreas de humanas e biológicas, apresentando não apenas competências, mas também habilidades para tratar sobre sexualidade e gênero. Sendo o primeiro documento a apresentar e tentar inserir discussões sobre homossexualidade para âmbito escolar.

A segunda versão aprofundou mais as discussões sobre sexualidade e gênero com os objetivos de incentivar o enfrentamento e tratamento da desigualdade de gênero, discriminação de qualquer tipo, usando os Direitos Humanos como base.

As duas versões, como foi citado, sofreram críticas sobre o texto pelos conservadores por apresentar conteúdos que não são “necessários” para educação, enquanto os progressistas achavam que os documentos não aprofundaram as questões sociais.

O que nós temos hoje é a disputa, por exemplo, entre entidades ligadas aos setores empresariais e associações científicas. O governo federal tem privilegiado alguns setores e dado algumas questões como vencidas[...] (Antonio Carlos Amorim, Jornal Unicamp, 2017)

A base é plural, respeita as diferenças, respeita os direitos humanos, nenhuma prisão com relação à ideologia de gênero, muito pelo contrário. Mas ela é fruto de uma construção coletiva. (Mendonça Filho, Homologação da Base, 2017)

Com o Brasil passando por instabilidade política com o impeachment da Dilma Rousseff como presidenta na época da sua homologação e as controvérsias em torno da temática, pressão política e ideológica pode ter influenciado a remoção dos termos gênero e orientação sexual da versão final da BNCC aprovada em 2017 (Ensino Infantil e Ensino Fundamental I e II) e 2018 (Ensino Médio).

4.2 DISCUSSÕES

Visando melhor organização estrutural, as discussões serão feitas, tomando como ponto de partidas, duas categorias de análise estabelecidas, expostas a seguir:

4.2.1 Concepções de gênero e sexualidade de diversidade sexual e de gênero, abordadas em cada versão da BNCC

A Base Nacional Comum Curricular propõe abordar diretamente as concepções de gênero e diversidade sexual, mas tratando o tema de forma transversal dentro dos campos de competências gerais, áreas do conhecimento e componentes curriculares. A abordagem varia de acordo com a versão e com a etapa de ensino.

Tabela 1 – As diferentes versões da abordagem da Educação Sexual na BNCC

EDUCAÇÃO SEXUAL NA BNCC			
VERSÃO	ETAPAS	DISCIPLINAS	ABORDAGEM
PRIMEIRA	Ensino Infantil Ensino Fundamental I Ensino Fundamental II Ensino Médio	Arte Educação Física Ciências da Natureza Biologia Sociologia	Abordagem Emancipatória
SEGUNDA	Ensino Infantil Ensino Fundamental I Ensino Fundamental II Ensino Médio	Arte Ensino Religioso Educação Física Ciências da Natureza Biologia Sociologia Geografia	Abordagem Sociocultural com Ênfase no Direitos Humanos
TERCEIRA	Ensino Fundamental II	Ciências da Natureza	Biológico-Higienista

Na primeira versão, o documento assumia uma concepção ampla e interseccional, adotando uma visão emancipatória. Para Furlani (2005) essa

abordagem é orientada na perspectiva aprofundar a análise crítica em torno da educação sexual a fim de transformar a sociedade.

Essas perspectivas se manifestam na inclusão de diversos componentes curriculares voltados para combater a discriminação de qualquer tipo e a promoção da equidade. Como por exemplo, em Artes e Educação física abordam diversidade de gênero e corpos:

Conhecer, fruir e analisar criticamente diferentes práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social e em diferentes sociedades, em distintos tempos e espaços, respeitando as diferenças de etnia, gênero, sexualidade e demais diversidades (BRASIL, 2015, p.86).

Envolver-se e cooperar na produção de contextos de prática esportiva balizados por princípios de equidade e solidariedade procurando oportunizar a participação e fruição de todos, independentemente do nível de desempenho, gênero ou qualquer outra característica (Brasil, 2015, p.111)

Assim, a primeira versão tratava a sexualidade como uma dimensão construída pelas experiências humanas, não ligadas apenas à biologia reprodutiva e saúde, relacionando os conteúdos a relações sociais e práticas culturais, compreendendo o tema como algo importante para formação do cidadão.

A segunda versão manteve a abordagem ampla e transversal sobre a educação sexual, aliada aos direitos humanos e, organizava e distribuía os conteúdos com ênfase no respeito e convivência democrática (Tabela 1). A abordagem fundamentada nos direitos humanos, conforme Furlani (2005), buscava dar voz a grupos marginalizados e prevenir situações de violências e discriminação contra eles.

Para o documento, sexualidade e gênero são moldados pela cultura, interações sociais, classe, etnia, geração e religião. Reforçando que o corpo não é apenas algo biológico, mas uma construção marcada por identidades, experiências e contextos sociais, reconhecendo os preconceitos e discriminações que se manifestam em volta desses temas.

O corpo expressa e carrega consigo não somente características físicas e biológicas, mas também marcas de nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade. (Brasil, 2016, p.70)

A transversalidade do tema aparece nas disciplinas de Artes, Educação Física, Geografia, História e Ensino Religioso, por meio de habilidades que problematizam questões de gênero e sexualidade, promovendo a reflexão sobre as construções em torno delas. Nas áreas de Biologia e Ciências da Natureza, aprofunda sobre debates sobre puberdade, ISTs, prevenção, relações entre gênero e sexo.

Elaborar questionamentos referentes à existência humana e às situações limites que integram a vida, articulados às questões socioambientais, geopolíticas, culturais, religiosas, de gênero e sexualidade, dentre outras. (Brasil, 2016,p.485)

Esses rascunhos apresentavam e sugeriam que abordassem essas temáticas de forma pedagógica tentando promover respeito às diferentes orientações e identidades sexuais como parte do currículo.

Na versão final, homologada pelo Ministério da Educação, a abordagem é fortemente focada nos aspectos biológicos, preventivos e higienizantes (Tabela 1). Segundo Furlani (2005), essa abordagem é centrada no ensino para a promoção da saúde, prevenção das ISTs e com ênfase no processo biológico da reprodução humana. Esse retrocesso se manifesta também na mudança de foco, limitando-se ao autocuidado e responsabilidade pessoal, removendo termos de gênero e orientação sexual, sem debater as desigualdades em torno desse tema.

Além disso, essa versão traz um discurso contraditório de pluralidade e diversidade que aparenta ser positivo, mas funciona como um apagamento por não mencionar e retirar as discussões sobre gênero, orientação e diversidade sexual do documento:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (...) (Brasil, 2018, p.10)

O documento final da BNCC adotou uma visão restritiva que reduz a sexualidade ao corpo biológico e a saúde removendo o caráter sociocultural, político, limitando a possibilidade de construir uma educação sexual inclusiva. Segundo Louro

(1997), quando a escola resume a sexualidade a questões biológicas, reforça modelos normativos que silenciam discussões sobre diversidade e mantêm desigualdades.

Como Junqueira (2012) sintetiza políticas públicas que se omitem diante da opressão reproduzem a exclusão que querem combater. Nesse sentido, o retrocesso evidente na BNCC compromete a formação cidadã das crianças e jovens, impedindo que a escola se torne um local de enfrentamento das desigualdades.

4.2.2 Silenciamentos sobre esta temática, que ecoam nos documentos oficiais

Na versão oficial da BNCC (2017/2018) os termos “gênero”, “orientação sexual” e "diversidade sexual" foram removidos ou inviabilizados. Esse apagamento se deve, como já citado antes, pela pressão de grupos conservadores utilizando o argumento sobre a implementação de uma “ideologia de gênero”.

Segundo eles, essa ideologia tem o objetivo de doutrinar as crianças e jovens, os jogando contra os valores tradicionais familiares e acabar com a identidade deles. Como evidência, o ex-deputado e líder da bancada evangélica:

A questão da opção de gênero e ideologia de gênero que estão querendo colocar goela abaixo das nossas crianças do ensino básico e ensino fundamental, não podemos aceitar. [...] Nós não aceitamos essa questão de um menino nascer homem e querer dizer: bom, depois de um cinco a seis anos de idade já pode então escolher optar por ser uma mulher. (TAKAYAMA, 2017, online).

TABELA 2 - Temas presentes nas versões da BNCC

TEMA	1º VERSÃO	2º VERSÃO	3º VERSÃO
GÊNERO IDENTIDADE	Presente	Presente (Crítica)	Ausente
DIVERSIDADE SEXUAL	Presente (Parcial)	Presente (Direitos Humanos)	Ausente
REPRODUÇÃO E PREVENÇÃO	Presente	Presente (Fortalecido)	Presente (Central)

AUTOUIDADO E RESPEITO	Presente	Presente (Fortalecido)	Presente (Central)
AFETIVIDADE	Presente	Presente	Ausente

Esses grupos criaram o movimento reacionário, na tentativa de impedir o trabalho com sexualidade e gênero em sala de aula, buscando por meio do medo e pânico, propagar a ideia do perigo iminente trazido por esta discussão na escola. Por meio de narrativas e textos sensacionalistas que alertam para uma tentativa de mudar o meio social/familiar.

As estratégias discursivas usadas em seu conjunto apresentam gênero como uma “não verdade”, como um “conto”, como um “falseamento da realidade” ou como “uma ideologia”. Tentam, portanto, destituir o gênero de seu caráter de ciência. As estratégias são cuidadosamente usadas para ganhar mais adeptos reacionários, conservadores, autoritários, machistas e homofóbicos para a causa de controlar os currículos e os/as docentes de modo a que docentes se silenciam em relação a gênero e sexualidade ao mesmo tempo em que silenciam completamente esse tema no currículo (Paraíso, 2016, p. 399)

Dessa forma, formulam argumentos sem fundamentos científicos, replicando-os nas mídias sociais, utilizando de terrorismo moral e atribuindo as pessoas que são favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e à discussão sobre a diversidade sexual um status negativos. Essas narrativas pregam que tais temáticas são doutrinas, que estão tentando desconstruir os valores sociais e incentivar uma vida sexual ativa desde a mais tenra idade.

Essa generalização acaba por dificultar o trabalho do professor, que não recebe orientações claras de como tratar essas questões em salas de aulas, acaba evitando abordar esse tema por medo de não conseguir contemplar todas discussões e abordagem como também de ser denunciado por estar “doutrinando” os alunos

Pensando nos PCNs como o documento anterior, estes não apresentam um caráter normativo e explicitam a necessidade da abordagem da sexualidade pela escola. No entanto, a BNCC é um documento normativo e não explicita esta necessidade. Logo, este documento significou um retrocesso à tratativa deste assunto na escola. Segundo Louro (1997), a escola é um espaço essencial para se discutir de forma crítica questões relacionadas a sexualidade.

Outro ponto a se destacar é que a BNCC defende o respeito aos direitos humanos, mas ao silenciar as discussões em torno das questões que envolvem a sexualidade, a omissão sugere que essa temática seja considerada como “tabus” incompatíveis com o ambiente escolar, perpetuando estereótipos e preconceitos relacionados à sexualidade.

A Base Nacional Comum Curricular se apresenta como um documento comprometido com a educação integral, reforçando a importância da não discriminação, do combate ao preconceito, do respeito às diferenças e às diversidades.

Entretanto, ao analisar o conteúdo final do documento, percebe-se uma contradição. Ao evitar menção direta a essas questões, a BNCC opta por um discurso genérico de inclusão, sem oferecer diretrizes concretas para que as escolas enfrentem preconceitos estruturais e promovam uma educação emancipadora.

A BNCC apresenta um apagamento progressivo das discussões concernentes à inclusão em cada versão do documento. A versão final enfatiza uma abordagem moral e sensibilizadora da inclusão, focando nos sujeitos 'normais' e responsabilizando-os pela formação de uma sociedade mais justa e inclusiva, o que pode não efetivamente promover a inclusão escolar. (Oliveira; Lockmann, 2022, p.1)

Os silenciamentos da BNCC ecoam nas questões estruturais da sociedade brasileira, onde ocorre uma resistência cultural e política para implementação de uma educação inclusiva, e reconhecer essas omissões, é o primeiro passo para debater estratégias que possam garantir respeito e diversidade na escola. Com evidência Paraiso (2016, p.389) resistência é uma estratégia que “[...] abre espaços, abre caminhos e criar possibilidades.”. O que possibilita ir contra os silenciamentos entorna das discussões sobre sexualidade e gênero.

Portanto, fica claro que a BNCC necessita abrir espaço para retornar a discussão sobre educação sexual focando em todos os aspectos no âmbito escolar para auxiliar os discentes na falta de informações. Ajudando a desmistificar tabus de forma responsável, auxiliando a entender seu próprio corpo e sexualidade, como também a respeitar sexualidade do outro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, que teve como estudo “Desafio da educação sexual após a BNCC”, alcançou amplamente o seu objetivo que foi identificar quais foram os direcionamentos para inclusão da Educação Sexual no contexto escolar nas três versões da BNCC. Assim, dentre outros resultados, pode-se destacar:

A temática não é trabalhada de forma explícita e consistente, o que pode gerar lacunas na educação sexual. Evidenciando que não está bem integrada ao currículo, perde-se a oportunidade de trabalhar de forma mais efetiva questões relacionadas à saúde, corpo, gênero, cidadania e diversidade.

Pode-se constatar que embora a BNCC reconheça a importância da abordagem sobre educação sexual, ainda há uma resistência social, cultural e política, que atua para interferir na consolidação de uma educação sexual mais inclusiva, de acordo com os direitos humanos.

Tais estudos sobre o referido tema revelaram a necessidade de reconhecer a educação sexual como parte essencial da formação humana e cidadã. Em um cenário onde a desinformação e tabus ainda predominam, dessa forma, debater sexualidade na escola contribui para a promoção de valores, como respeito e igualdade.

Por todos os aspectos apresentados, vale destacar que a educação sexual, quando tratada de forma responsável, respeitosa e com embasamento científico, torna-se um relevante instrumento para construir uma sociedade mais igualitária, com consciência livre de preconceitos.

Assim, recai sobre as políticas públicas e o sistema de educação a necessidade de promover mais espaços de diálogo, de práticas pedagógicas eficazes, que acolham, de forma salutar, o alunado em sua diversidade, seja pela readaptação da BNCC, retornando a uma discussão mais ampla sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, C.; BRUSCHINI, M. C. **Educação sexual: debate aberto**. São Paulo: Vozes, 1982.
- BECKER, G. S. et al. **Hábitos, vícios e tradições**. Centro de Estudo de Economia e Estado de Chicago, 1991.
- BRANCO, Emerson Pereira et al. BNCC: Aquem interessa o ensino de competências e habilidades? Debates em Educação, v. 11, n. 25, p. 155-171, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/7505>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- BRASIL. **Ministério da Educação (MEC)**. Homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação da Saúde da Criança e do Adolescente. **Programa Saúde do Adolescente. Bases Programáticas**. 2ª Edição. Brasília; Ministério da Saúde, 1996, p.18-19. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_05.pdf. Acesso em: 14 de jun de 2023>.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.p.14.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina, UEL, 2009.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 3. ed. Londrina, UEL, 2010.
- FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 1933. p. 243.
- FURLANI, J. **O bicho vai pegar! Um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13259/000491228.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 25 nov 2025
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia na escola: limites e possibilidades de ação**. UNESCO, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>. Acesso em 16 nov. 2025.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MAIA, A. C. B. **Sexualidade e educação sexual**. [Material Didático]. Programa Rede São Paulo de Formação Docente (REDEFOR): Educação Especial e Inclusiva

- São Paulo, 2014. Disponível em:<
https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee__d06s03texto02.pdf>. Acesso em 01 jul. 2023.
- MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual: princípios para ação**. Doxa. Revista Paulista de Psicologia e Educação, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124985>>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- MARTINS, M. C. **Base Curricular é conservadora, privatizante e ameaça autonomia, avaliam especialistas**. Campinas, Jornal da Unicamp, 4 dez, 2017. Disponível em:
<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/12/04/base-curricular-e-conservadora-privatizante-e-ameaca-autonomia-avaliam.>> Acesso em 25 dez de 2025
- Matheus, M. C. C. . **Metassíntese: desenvolvimento e contribuição para a prática baseada em evidências**. Acta Paul Enferm. , v. 22, n. edição especial 1, p. 543-545, dez. 2009. Disponível em:<https://acta-ape.org/wp-content/uploads/articles_xml/1982-0194-ape-S0103-21002009000800019/1982-0194-ape-S0103-21002009000800019.pdf>. Acesso em 03 mar. 2024
- MEIRA, M. E. M. **Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais**. Em E. R. Tanamachi, M. Proença, & M. Rocha (Orgs.), Psicologia e Educação: Desafios teórico-práticos (p.13). (2a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.2002.
- MENDES, P. O. S. P. **Compondo a cena de dissenso na retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” do PNE 2014/2024: uma crítica em torno do cenário em questão**. 2016. 220 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- MICHALISZYN, M. S. **Educação e Diversidade**. Curitiba: IBPEX, 2011.
- OLIVEIRA, P. de; LOCKMANN, K. **Base Nacional Comum Curricular e inclusão escolar: problematizando os discursos acerca da construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva**. Horizontes, v. 40, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1174>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- PARAISO, Marlucy Alves.A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. Revista Currículo Sem Fronteiras, Pelotas, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016. Disponível em:<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf>>. Acesso em 02 jan. 2024.
- RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990. P.20.
- RIBEIRO, P. R. M. **Os momentos históricos da educação sexual no Brasil**. In P. R. M. Ribeiro (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.p. 15-25.
- TAKAYAMA, Ideologia de Gênero – Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Fyau3HnT8yc>.
- VAINFAS, R. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial**. 1988. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me conceder força, sabedoria e perseverança para concluir esta etapa da minha vida. A minha família, que foram minha base e meu suporte durante toda a caminhada acadêmica, meu sincero agradecimento. Aos meus colegas, pelo apoio mútuo e conhecimentos enriquecedores durante o curso. Agradeço ao meu orientador, professor Manoel Messias, por sua orientação paciente e valiosa ao longo deste trabalho.